



Ata dos trabalhos da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Nova Lima.

No dia vinte e um de dezembro de dois mil e dezoito, às nove horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Guedes – Presidente, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Vice-Presidente e Alessandro Luiz Bonifácio – 1º Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo novalimense, declarou aberta a reunião e, em seguida, convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, eu não vou tomar tanto tempo, mas só para esclarecer os fatos narrados aqui, na sessão passada, informar aos nobres colegas que assim como eu afirmei aqui, na sessão passada, o fiz. Eu não vou ler toda a justificativa porque ela será encaminhada para o próprio Ministério Público, mas quem tiver interesse, está aqui, em minhas mãos, posso disponibilizar, naturalmente, para quem quiser. Mas só para ficar registrado aqui, inclusive, na sessão da Casa e informar que eu vou encaminhar a representação para o para o Ministério Público. É só uma página e meia, é rapidinha a leitura: ‘Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Promotor(a) de Justiça, O vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima, no uso de suas atribuições legais, vem, perante V. Exa., expor e requerer o que se segue: I. Na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 18/12/2018, os Vereadores Wesley de Jesus Silva



e José Geraldo Guedes (atual Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima) questionaram o disposto no §4º do art. 1º do PL nº 1.728/2018, de minha autoria, que “Dispõe sobre os loteamentos de acesso controlado e dá outras providências”. II. O questionamento referiu-se ao fato de o §4º do art. 1º do PL nº 1.728/2018 determinar a concessão de direito real de uso das áreas institucionais de loteamentos de acesso controlado (referidos como “condomínios”) em favor do loteador ou entidade representativa devidamente instituída, nos termos do art. 36-A da Lei Federal nº 6.766/79. III. Segundo o vereador Wesley de Jesus, essas áreas, que pertencem ao Município, chegam a um valor em torno de R\$ 130.000.000,00 e ficarão destinadas de forma privativa para os empreendimentos. Por esse motivo, solicitou ao Poder Executivo o veto de, no mínimo, desse dispositivo e o Poder Legislativo Municipal deveria respeitar a fim de evitar prejuízos ao erário público. IV. Para o Vereador José Guedes, não pode haver possibilidade de se repassar as áreas institucionais para os empreendedores, já que área institucional pertence ao Município, não aos condomínios/proprietários e que esse artigo seria muito grave. V. Houve ainda ilações sobre “falso moralismo” e negociações por aprovação de projetos de lei em relação à minha pessoa, por parte dos dois vereadores. VI. Para comprovar os fatos ora noticiados, cópia do Projeto de lei e da reunião da Câmara do dia 18/12/2018 encontram-se anexas a este ofício, em formato eletrônico. VII. Destarte, considerando que as ilações de responsabilidade dos edis acima mencionados dão conta de possíveis interesses escusos deste subscritor em relação à aprovação do PL 1.728/2018, venho



solicitar que V. Exa., se assim entender pertinente, instaure inquérito civil ou outro expediente cabível, a fim de averiguar a existência de eventual conduta irregular por mim praticada, em relação à propositura legislativa em comento, que possa em tese configurar ato de improbidade administrativa ou crime. VIII. Em anexo encaminho também Nota Técnica da Assessoria do meu Gabinete sobre os questionamentos dos vereadores, na qual constam algumas considerações sobre o projeto de lei, a utilização de bens públicos de uso comum, os loteamentos de acesso controlado e o instituto da concessão de direito real de uso. Certo quanto ao expedito cumprimento do dever legal e de ofício que incumbe ao (à) nobre representante do Ministério Público nessa comarca, reitero nesta oportunidade votos de estima e consideração. E aí, eu assino e encaminho os arquivos em anexo. Só para registrar. Vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “eu gostaria de...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “só para finalizar, Presidente, eu estou com a palavra”. Senhor Presidente: “sim, senhor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é só para deixar registrado aqui para os nobres colegas, já que foi levantada a suspeita, então, para esclarecer e tirar qualquer dúvida que possa pairar sobre esse assunto, o próprio Ministério Público agora está com a palavra”. Vereador Flávio de Almeida: “o senhor me concede um aparte?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “um aparte ao vereador Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “bom, Senhor Presidente, na mesma sessão que o vereador Álvaro cita houve algumas, em minha opinião, denúncias, porque são denúncias de que vereadores pediram cinquenta mil,



duzentos mil. E aquela manhã, eu me senti assim com o dedo apontado para mim. E fui olhar na Casa, teve uma CPI nesta Casa também sobre os Pátios de Apreensão. Aí, para a gente não tornar cansativo, vou fazer um pedido para o próximo presidente: reabrir a CPI dos Pátios para que a gente possa realmente olhar tudo isso, porque é muito ruim, você pega os verdadeiros culpados, isola os culpados e começa apontar para outras pessoas? E esse apontamento partiu do Executivo mais uma vez. Então, o pedido vai para o próximo presidente, reabrir os trabalhos, reabrir uma CPI com novos membros. Vereador Álvaro, vou fazer o mesmo caminho do senhor, já vou pedir a Ata e vou fazer via Ministério Público. Obrigado”. Senhor Presidente: “eu gostaria de esclarecer o seguinte, que eu não suspeitei de vereador nenhum aqui, sequer eu sabia que o projeto era do Álvaro, na mesma hora eu disse isso, não suspeitei. Falaram aí que dá dupla interpretação, no meu de entender, não dá não, se não for vetado esse artigo, mais uma vez, levarão vantagens. Área institucional, no mundo todo, é dos municípios, não é para passar para terceiros. Então, eu não suspeitei de ninguém, volto a frisar: eu não sabia, na hora mesmo, eu disse para o senhor que eu não sabia que o projeto era do senhor. A Câmara toda passou batido nisso aí, todos vereadores, o pessoal da prefeitura passou batido. Pelo o que o Wesley relatou aí, um advogado amigo dele, lendo o projeto, ele viu esse artigo lá. Então, eu vou votar a favor do prefeito, o dia que chegar aqui, para eu ficar com a minha consciência tranquila. Isso não existe em lugar nenhum, quer construir uma igreja lá, quer construir um campo de futebol, quer construir uma quadra, quer conseguir para a comunidade? Aí está na mão dos condomínios, dos empreiteiros e



etc. Então, eu vou votar com o prefeito. Com a palavra o vereador Wesley de Jesus”.

Vereador Wesley de Jesus Silva: “primeiramente, bom dia a todos, bom dia a quem nos acompanha pela TV Banqueta. Eu quero ressaltar ao vereador Álvaro Azevedo que a conversa não era bem apresentar denúncia não, era que o Ministério Público investigasse esta Casa, eu falei que eu ia assinar junto. O vereador Álvaro arregou quanto a este pedido. O senhor falou que iria pedir ao Ministério Público para investigar esta Casa e quem quisesse assinar com Vossa Excelência que podia assinar. Eu falei: ‘eu assino, pode colocar o meu nome em primeiro’. O senhor falou: ‘não, vai ser em segundo, que o primeiro vai ser o meu’. Então, Vossa Excelência arregou quanto ao pedido de investigação desta Casa”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “qual o termo que o senhor usou?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “arregar”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “arregou?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “é. Arregar que significa desistir, para quem pode não entender. Então, infelizmente, fico triste de Vossa Excelência chegar aqui, falar, falar, falar e, na hora de materializar no papel, fugir, então... Mas irei fazê-lo dessa forma. Quanto a esse projeto em específico, só quero ressaltar que eu falei da dupla interpretação, falei que cabe, isso é um absurdo, volto a repetir, é um atentado contra a população mais simples e mais pobre dessa cidade, esse artigo. Vou votar o veto. E fico muito tranquilo, gente, para fazer todas as denúncias que eu fiz semana passada aqui e repeti todas elas, e outras também que se eu quisesse falar, falar, falar, fico com uma tranquilidade porque eu só abro a boca para falar quando eu tenho, no mínimo, indícios para poder falar. Eu vou



usar das minhas prerrogativas para falar, mas usando indícios”. Senhor Presidente: “seja breve, vereador”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, eu fui citado”. Senhor Presidente: “pedir aos vereadores para não citar porque senão haverá uma ladainha aqui e nós temos projetos interessantes para votar hoje ainda, se possível”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “posso?”. Senhor Presidente: “sim, senhor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “muito obrigado pela aula de português, vereador. O senhor, como sempre, muito inteligente, eu valorizo isso. Eu fiz primeiro essa denúncia porque é o assunto tratado aqui, na sessão plenária da reunião de terça-feira. A denúncia maior, vamos chamar assim, eu não descartei ainda não, nós vamos fazer, pode ficar tranquilo, não fica triste não”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “e vou assinar junto com Vossa Excelência, como já falei da última vez”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “pela ordem, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “pela ordem, vereador doutor Fausto Niquini”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “bom dia a todos, público que compõe nossas galerias, aqueles que nos assistem pela TV Banqueta. Senhor Presidente, como eu lhe considero um Presidente democrático, eu solicito que o senhor consulte o Plenário, que o senhor inverta a pauta, pegue esse último projeto, o Projeto de Lei nº 1.751/2018, e coloque-o em primeiro lugar de votação. Nós estamos com uma certa preocupação porque é o repasse para o hospital e foi dito por um vereador aqui, na última reunião, sugeriu que nós éramos contra o pagamento do décimo terceiro para os funcionários do hospital. Então, eu quero aqui esclarecer que, ao contrário, nós somos a favor do pagamento do décimo terceiro dos funcionários do



hospital. Por isso, eu peço ao senhor que façamos a primeira votação ainda hoje desse projeto em primeiro lugar, primeira e segunda votação, mas que o senhor inverta a pauta. Muito obrigado”. Senhor Presidente: “eu vou colocar, como de praxe nesta Casa, em votação a solicitação do vereador Fausto Niquini. Os vereadores que concordam com a pauta do jeito que ela está permaneçam como estão. Seis favoráveis a inverter a pauta, quatro vereadores contra. Esse projeto, para quem não sabe, é o projeto da verba para o hospital. Por favor, inverte para mim”. Vereador José Carlos de Oliveira: “Senhor Presidente, eu queria pedir ao senhor vista nesse projeto”. Senhor Presidente: “concedida a vista para o vereador”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem”. Senhor Presidente: “não acabou a reunião não, espera aí”. Vereador Tiago Almeida Tito: “pela ordem, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “calma, a reunião não terminou. A reunião só termina quando não dá quórum”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem”. Senhor Presidente: “tem que esperar, vamos esperar, não terminou a reunião não”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem”. Senhor Presidente: “sim, senhor. O senhor está com a palavra”. Vereador Tiago Almeida Tito: “obrigado, Senhor Presidente. Bom dia a todos vereadores, público aqui presente, pessoal que nos assiste pela TV Banqueta”. Senhor Presidente: “não cortando o que o senhor está falando, eu vou marcar uma extra para dia...”. Vereador Tiago Almeida Tito: “o senhor já marcou acho que para o dia vinte e seis”. Senhor Presidente: “não, eu falei, eu vou marcar oficialmente, dia vinte e seis, às nove horas aqui. Por favor, Delma”. Vereador Tiago Almeida Tito: “dando só



prosseguimento à minha fala, ao final da reunião de terça, foi colocado inclusive para nominar quem estava querendo atrasar a aprovação desse projeto e que iria comprometer o pagamento do décimo terceiro dos funcionários do Hospital Nossa Senhora de Lourdes. Hoje eu falo ao final dessa reunião que os próprios funcionários mais uma vez assistam também essa reunião e vejam quem está querendo atrasar o pagamento do décimo terceiro deles, só para deixar claro isso. Terça-feira foi colocado isso de uma forma como se eu, o vereador Fausto, o Álvaro, o Silvânio, o Flávio e o Coxinha também como queriam fazer isso. Então, não vai ser pago antes do natal, que os funcionários assistam quem está querendo que não seja pago antes do natal. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “eu gostaria de dizer que eu vou ter que tomar atitudes porque já foi vencido alguns dias atrás o prazo para as emendas. Se não me entregar as emendas e o parecer, eu vou ter que tomar atitude, vou nomear outra comissão. Eu vou terminar a reunião pelo motivo novamente não tem quórum, mas eu vou ter que agir para proteger Nova Lima. Está terminada a reunião”.